



## Congresso retoma atividades e debate propostas com governo

Sessão solene abre o ano legislativo com entrega de mensagem presidencial aos parlamentares

**T**rabalhos do Senado e da Câmara serão retomados hoje em cerimônia na qual o Executivo entrega texto relacionando incentivos à economia e explicando o desempenho abaixo do esperado no ano passado. Hoje e amanhã o governo se reúne com parlamentares para definir os temas prioritários deste ano. Orientação inicial é evitar projetos que tenham impacto nos gastos públicos. **3**



Na cerimônia do ano passado, os presidentes do Senado e da Câmara — Renan Calheiros e Henrique Eduardo Alves — sobem a rampa do Congresso seguidos de outros parlamentares

Foto: Paulo/Agência Senado

**Economia de recursos permitirá nomeação de concursados 2**

**Parlamentares pedem diálogo na questão dos "rolezinhos" 6**

**560 projetos de lei foram apresentados no Senado no ano passado 6**

**Lei Orçamentária Anual para 2014 foi sancionada sem vetos 7**

**Texto quer revogar férias escolares obrigatórias durante a Copa do Mundo 8**

Jader Rocha/Presidência de Curitiba



Bancada do Paraná lamenta o atraso das obras na Arena da Baixada, em Curitiba, que pode ficar sem sediar os jogos

### Projetos para a Copa correm contra o tempo

Segurança é o principal tema de propostas de lei que o Congresso pretende aprovar antes da competição. Senadores

que apresentaram projetos antiterrorismo negam que possam ser usados como ferramentas contra manifestações populares. **4**

### Grupo de senadores visitou Penitenciária de Pedrinhas

Para a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), senadora Ana Rita, situação do presídio

maranhense é "deprimente e caótica". Senadores cobraram rapidez na análise dos processos dos presos. **5**



Senadores discutiram o problema no Maranhão com autoridades locais e na OAB

Gabinete Sen. Ana Rita



#### SEMINÁRIO INTERNACIONAL de 5 a 7 de fevereiro

O Ministério de Relações Exteriores (FCO) do Reino Unido tem a honra de apresentar o Projeto Boas Práticas Legislativas Brasil - Reino Unido. O objetivo é realizar um seminário para o fortalecimento das relações entre os dois países por meio de cooperação interparlamentar. A organização é da Embaixada Britânica com o apoio da Alesfe e do Interlegis. Palestras incluem o ministro da SAE, Marcelo Neri, Dave Watts MP e Anthony Pereira, entre outros.

Inscrições pelo email [Brasilia.RSVP@fco.gov.uk](mailto:Brasilia.RSVP@fco.gov.uk)

Vagas limitadas!

| Auditório do INTERLEGIS





Aprovados no mais recente concurso do Senado começaram a tomar posse em outubro de 2012, sete meses após a prova

# Economia poderá viabilizar nomeações de concursados

Anúncio foi feito pelo presidente do Senado, que ressaltou, no entanto, necessidade de evitar crescimento desnecessário da estrutura da Casa. Concurados em espera foram aprovados em 2012

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, destacou que, em razão da economia feita em 2013, a Casa terá condições de chamar novos concursados e fazer investimentos na estrutura.

Apesar de admitir que haverá condições para nomeação de novos servidores, Renan disse que há um compromisso da Mesa do Senado de evitar o “gigantismo”.

— O Senado não está obrigado a nomear na medida e na velocidade das aposentadorias, não. O problema é o gigantismo — declarou.

Renan informou que, com

o programa de racionalização interna desenvolvido pela Comissão Diretora, o Senado economizou R\$ 275 milhões ano passado. Ele disse que enviou correspondência à Presidência da República e ao Ministério do Planejamento comunicando a devolução da dotação orçamentária e sugerindo a aplicação dos recursos economizados em programas sociais e no Bolsa Família.

A possibilidade de nomeação de aprovados no último concurso do Senado recebeu o apoio dos senadores Gim (PTB-DF) e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Gim lembrou

que o concurso do Senado é um dos mais difíceis do país e disse apoiar as nomeações “o mais breve possível”. Rollemberg considera importante o Senado contar com “gente nova, qualificada e competente” para suprir a Casa de todas as necessidades.

— Os aprovados no último concurso público certamente darão uma contribuição inestimável para que o Senado possa cumprir sua missão constitucional — declarou Rollemberg.

As provas do último concurso do Senado foram aplicadas em março de 2012.

# Congresso recebeu 150 mil visitantes em 2013

Em 2013, quase 155 mil pessoas participaram das visitas guiadas ao Congresso. O número representa cerca de 20 vezes o registrado em 1995, primeiro ano do programa de visitas, que então contou com a presença de 8.455 visitantes.

As visitas ao Congresso são gratuitas e abertas à população. Acontecem todos os dias, inclusive aos sábados, domingos e feriados, das 9h30 às 17h, sem interrupções. Os grupos

se formam no Salão Negro e saem a cada 30 minutos. São conduzidos por monitores treinados do Senado e da Câmara dos Deputados, que explicam a história de cada espaço visitado e o funcionamento do Legislativo.

O programa de visita oferece opção de idiomas. Em 2013, cerca de 6.700 estrangeiros participaram das visitas, sendo a maioria deles franceses (aproximadamente 3%).

Os meses com maior número

de visitantes em 2013 foram julho, com 18.907, e maio, com 15.050. Em dezembro, participaram das visitas 12.445 pessoas.

Mais informações sobre a visita podem ser obtidas na página do Senado na internet, pelo e-mail [visite@senado.gov.br](mailto:visite@senado.gov.br) ou pelos telefones (61) 3303-4671 e 3303-1581, de segunda a sexta-feira. Aos sábados, domingos e feriados, é só ligar para (61) 3216-1768, das 9h30 às 17h.

# Morre, aos 71 anos, o ex-senador João Faustino

O ex-senador João Faustino morreu dia 8 de janeiro, aos 71 anos, vítima de leucemia mieloblástica aguda. João Faustino foi um dos fundadores do PSDB e era um dos principais nomes do partido no Rio Grande do Norte.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Quando era suplente de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), no período de 2003 a 2011, o político potiguar exerceu o mandato de senador entre 15 de julho e 12 de novembro de 2010 e no mês de janeiro de 2011. Atualmente era primeiro-suplente de José Agripino (DEM-RN).

Professor de formação, Faustino também exerceu mandatos como deputado federal.

# Ataídes Oliveira assume mandato no Senado

O empresário Ataídes Oliveira (PROS) reassumiu o mandato no Senado, pelo estado do Tocantins, em substituição ao senador João Ribeiro (PR), morto em 18 de dezembro.

Ataídes, que era o primeiro-suplente, já havia assumido o mandato de senador outras vezes, em função de licenças médicas do titular.

Com a morte de Ribeiro, Ataídes Oliveira exercerá o mandato até 31 de janeiro de 2019.

Ataídes tem 54 anos de idade e foi eleito suplente de Ribeiro pelo PSDB. Em agosto, assumiu a direção do Partido Republicano da Ordem Social (PROS) no Tocantins.



Waldemir Barreto/Agência Senado

# Senado lança vídeo sobre dívida pública na série Orçamento Fácil

Quem quiser compreender o conceito da dívida pública de um jeito simples e divertido pode acessar o mais novo vídeo da série de animações do Orçamento Fácil, no e-Cidadania ([www.senado.leg.br/orcamentofacil](http://www.senado.leg.br/orcamentofacil)). A animação pode ser encontrada no tópico “Regras Orçamentárias”. O vídeo também pode ser acessado pelo YouTube (<http://ow.ly/t2QwX>).

Com linguagem multimídia e bastante didática, construída a partir de analogia com situações do cotidiano do cidadão comum, o vídeo ajuda o internauta a entender como o aumento da dívida pode comprometer gastos públicos em áreas importantes, como saúde e educação, e por que é necessário administrar o endividamento. Tem a duração de quatro minutos e a narração é da locutora da Rádio Senado Ritta Zumba.

— Ele conta a história de um casal, Carlos e Rosa, diante da necessidade de aumentar a casa para acomodar

os filhos. Decidem, então, se endividar. Esse exemplo serve para estabelecer relação com o que acontece com o governo — explica o responsável pelo roteiro e finalização do vídeo, Bernardo Ururahy, da Agência Senado.

Lançado há um ano, o Projeto Orçamento Fácil tem como objetivo despertar a atenção para a importância do controle social do Orçamento do país. Ou seja, acompanhar e fiscalizar o que está sendo feito com o dinheiro arrecadado dos contribuintes para poder avaliar a eficiência e a eficácia dos gastos públicos. Com foco nos alunos do ensino médio, embora alcance qualquer cidadão, o projeto oferece, por meio de recursos multimídia, material didático que pode ser utilizado pelas escolas. O Orçamento Fácil foi desenvolvido pelo **Jornal do Senado** e pela Agência Senado, em parceria com a Consultoria de Orçamentos e apoio da Rádio e da TV Senado.



Reprodução

O vídeo faz analogia do Orçamento com situações do cotidiano do cidadão

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### CONGRESSO Instalação

16h Sessão solene de instalação dos trabalhos da 4ª sessão legislativa da 54ª legislatura, no Plenário da Câmara.

### PLENÁRIO Debates

18h A sessão será destinada a pronunciamentos de senadores.

TERÇA

### CMA Conta de água

8h30 Na pauta da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, projeto que torna obrigatória a cobrança em separado dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

TERÇA

### CAE Tabeliães

10h Na pauta, projeto que estabelece punição para tabeliães de nota e oficiais de registro de imóveis que atuarem em localidades não autorizadas e proposta que torna obrigatória a cobertura, por plano de saúde, da internação domiciliar e da assistência em regime de hospital-dia.

QUINTA

### CRE Chanceler

10h A Comissão de Relações Exteriores faz audiência pública com participação do ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, para discutir os rumos da política externa brasileira.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **16h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão solene de instalação dos trabalhos do Congresso**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Texto presidencial deve listar ações para desenvolver a economia e explicar crescimento do PIB abaixo do esperado em 2013. Governo quer evitar impacto nos gastos públicos



Renan (C) presidiu a sessão do ano passado com a presença de Gleisi Hoffmann (E), que deve reassumir mandato no Senado

## Congresso reinicia trabalho ouvindo mensagem de Dilma

EM SESSÃO SOLENE hoje às 16h, o Congresso receberá a mensagem presidencial do último ano de governo da presidente Dilma Rousseff. O texto deverá ser trazido por Aloizio Mercadante, que assumirá, mais cedo, o cargo de ministro da Casa Civil em substituição à senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), que deve voltar para o Senado.

A mensagem da presidente deve listar as ações do Executivo para desenvolver a economia do país, assim como as razões pelas quais o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) — abaixo de 2,5% — ficou bem aquém do prometido quando assumiu o governo. Ela deve apontar, entre os empecilhos encontrados, a crise internacional, que continua dificultando mesmo o avanço de economias sólidas como as nações europeias, que enfrentam desemprego e crescimento negativo.

Na quinta-feira, os líderes

do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), reuniram-se com a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, para conhecer a lista dos projetos considerados essenciais pelo Palácio do Planalto. Segundo Braga, o governo quer evitar projetos com impacto nos gastos públicos.

— O Brasil tem enfrentado seus desafios e tem conseguido vencê-los — disse.

### Cerimônia

A sessão solene de hoje começa com a chegada do presidente do Congresso, Renan Calheiros, que reverencia a Bandeira Nacional, passa a tropa em revista e ouve o Hino Nacional, além de uma saudação de 21 tiros de canhão, honra oferecida aos chefes dos Poderes desde o advento da República brasileira. Em seguida, ele sobe a rampa,

sendo recebido pelos presidentes da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves, e do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa; pelo chefe da Casa Civil e pelos líderes partidários.

No Plenário da Câmara, o primeiro-secretário do Congresso, deputado Marcio Bittar (PSDB-AC), lerá a mensagem de Dilma. Em seguida, discursará o presidente do STF, fazendo um balanço das realizações do Judiciário. Por fim, falará o presidente do Congresso, encerrando a sessão.

A cerimônia tem formalidade semelhante à do Legislativo americano, em que o chefe do Executivo apresenta pessoalmente o Discurso sobre o Estado da União. O Senado já aprovou proposta de emenda à Constituição, de Eduardo Suplicy (PT-SP), obrigando o próprio chefe de Estado a trazer sua mensagem ao Congresso, mas o texto ainda aguarda decisão na Câmara.

## Governo reúne-se com líderes para definir prioridades

Os temas prioritários para 2014 não foram definidos na reunião de quinta-feira com a ministra de Relações Institucionais, segundo Eduardo Braga, porque a discussão tem de ser feita com todos os líderes, e não só com os do governo. Ele informou que os assuntos tratados foram uma avaliação do quadro atual no Congresso, a definição de cronogramas e uma discussão sobre as medidas provisórias em tramitação.

As reuniões do governo com os líderes partidários ocorrerão nesta semana. Hoje serão ouvidos os líderes da Câmara e amanhã será a vez das lideranças do Senado. Dessas reuniões deve sair uma definição sobre temas prioritários do Congresso.

Um dos projetos que causa maior expectativa é o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 99/2013, que altera o indexador das dívidas de estados e municípios, substituindo o Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna

(IGP-DI) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). O projeto, uma reivindicação antiga de governadores e prefeitos, foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) no dia 11 de dezembro e está na ordem do dia do Senado. Braga disse que a votação aguarda negociação com o Ministério da Fazenda.

O senador também falou sobre a indicação do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para o comando da Casa Civil. Na opinião do senador, Mercadante continuará o bom trabalho realizado por Gleisi Hoffmann à frente do órgão.

— A avaliação é positiva. O ex-senador Aloizio Mercadante tem experiência não só no Senado como também na Câmara e demonstrou, tanto no Ministério de Ciência e Tecnologia quanto no da Educação, uma aptidão também na área de gestão — elogiou o líder do governo no Senado.



Segundo Braga (C), temas prioritários devem ser definidos nesta semana

## Ano legislativo começa com 14 medidas provisórias em tramitação

Estão perto da aprovação 2 das 14 medidas provisórias (MPs) que tramitam no Senado e na Câmara: as MPs 625/2013 e 626/2013, que tratam de créditos extraordinários. Nove MPs, no entanto, ainda precisarão passar por comissões mistas e pelos Plenários da Câmara e do Senado. Entre as mais recentes, está a que pretende acelerar a construção de presídios, editada após a repercussão da crise no sistema prisional do Maranhão (MP 630/2013).

A MP 626 tranca a pauta do Plenário do Senado. Ela abriu crédito extraordinário para o Fundo de Financiamento

Estudantil (Fies). A MP 625 tem prazo final até 10 de fevereiro e ainda precisa ser votada pela Câmara e pelo Senado. Trata de crédito extraordinário ao Ministério de Minas e Energia para recuperação e transporte de equipamentos a serem doados à Bolívia.

O líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), reconheceu que o prazo é curto, mas esclareceu que a perda de validade da MP não trará nenhuma consequência negativa.

— O crédito já foi totalmente aplicado. Se ela for aprovada ou não, não terá efeito no objetivo, já alcançado.

## Parlamentares voltam a analisar vetos presidenciais no dia 18

O líder do governo no Congresso, senador José Pimentel (PT-CE), confirmou a votação de quatro vetos presidenciais no dia 18. De acordo com o parlamentar, na próxima semana haverá reuniões de lideranças para tratar das estratégias de votação.

— Todos os vetos precisam ser conversados com a base aliada na segunda-feira [hoje] e com os líderes da Câmara e, na terça-feira [amanhã], com os líderes do Senado Federal — afirmou.

O item mais polêmico é o veto total ao projeto que facilitava a criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar).

Para a presidente Dilma Rousseff, a proposta contraria o interesse público porque “o crescimento de despesas não será acompanhado por receitas equivalentes, o que impactará negativamente a sustentabilidade fiscal”.

De acordo com o senador Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR), autor da proposta, caso a medida estivesse em vigor há dez anos, cerca de 2.800 municípios não teriam sido criados. Ele lembrou que, pela primeira vez, é exigido um estudo de viabilidade tanto do município a ser criado quanto do que será desmembrado.

## Comissão de Meio Ambiente retoma votações amanhã

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realiza reunião deliberativa amanhã, às 8h30, para analisar 17 itens da agenda.

Entre as matérias em pauta, está projeto que reforça a fiscalização de obras públicas.

O PLS 58/2008 obriga o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) a apresentar relatório anual sobre obras feitas com recursos públicos que estejam atrasadas ou paralisadas.

A proposta é de autoria do senador Fernando Collor

(PTB-AL) e recebeu voto pela aprovação do relator, senador Eduardo Amorim (PSC-SE), que apresentou novos ajustes à proposta.

Outra proposição na pauta destina recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) para financiar a

recuperação de terras degradadas (PLS 606/2007). O objetivo é permitir o uso produtivo de parcelas antes exploradas que hoje estão abandonadas. Favorável ao projeto, o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), ressalta que o país precisa aumentar a produção agrícola

sem novos desmatamentos.

Na mesma reunião, serão votados três requerimentos, entre os quais o que propõe uma audiência sobre a preservação da Floresta Nacional de Brasília, apresentado por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Autores de propostas criticadas nas redes sociais, Romero Jucá e Marcelo Crivella garantem que não há chance de manifestações populares serem confundidas com terrorismo. Crime é citado na Lei de Segurança Nacional, mas ainda não há legislação específica

# Senado quer aprovar lei contra terror antes da Copa

A QUATRO MESES da Copa do Mundo, quando pelo menos 600 mil estrangeiros — inclusive chefes de Estado e autoridades — desembarcarão no país, segundo previsão do Ministério do Turismo, o Congresso corre contra o tempo para aprovar uma legislação específica sobre terrorismo. Nas redes sociais, usadas como ferramenta para a organização de protestos de rua, há o temor de que isso se transforme em ferramenta para impedir as manifestações.

Relator da comissão mista formada para regulamentar leis federais e artigos da Constituição, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou proposta sobre o tema, aprovada no fim de 2013 (PLS 499/2013). Ele garante que os direitos de manifestação de pensamento e de realização de reuniões pacíficas em vias públicas serão mantidos:

— Relacionar tal projeto aos movimentos sociais é um equívoco. Nossa intenção é dar ao país uma lei moderna e dura contra o terror. Nada tem a ver com movimentos sociais. Para quebra-quebra, violência nas ruas ou outras ilegalidades, existe o Código Penal. A proposta aprovada também não abrange os *black blocs*. Incendiar um carro ou destruir lojas e agências bancárias é crime; mas não necessariamente terrorismo — garantiu Jucá, para quem projetos, como os que proíbem o uso de máscara por manifestantes, devem ser vistos com muita cautela:

— As máscaras não são o problema. Uma manifestação pacífica pode ser feita com ou sem elas — disse.

No Senado, tramita o PLS 728/2011, que também tipifica o terrorismo. O autor, senador licenciado e atual ministro da Pesca, Marcelo Crivella, já havia garantido que as manifestações não seriam enquadradas pela lei. “Não há a mínima chance de as legítimas manifestações populares virem a ser futuramente enquadradas como crime de terrorismo, caso o projeto venha a ser aprovado”, afirmou ele em nota.

Em setembro, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o projeto obteve relatório favorável de João Alberto Souza (PMDB-MA), mas a comissão acolheu como parecer o voto contrário de Ana Rita (PT-ES), pelo arquivamento. Segundo a senadora, não haveria tempo hábil para uma análise mais aprofundada. Para ela, as discussões, já em andamento, sobre a reforma do Código Penal seriam mais apropriadas.

## Dano ao patrimônio

Na comissão especial responsável por reformular o Código Penal, elaborado em 1940, o relator, Pedro Taques (PDT-MT), disse que as leis atuais garantem punição a baderneiros que possam se infiltrar nas manifestações de rua. Ainda assim, no PLS 236/2012, que condensa as alterações no código, ele optou por aumentar a pena para dano ao patrimônio público:

— Não podemos tolerar a demagogia que vândalos possam ficar à margem da lei. Já existe lei para isso, falta aplicar. Os movimentos sociais devem ser valorizados e são bem-vindos e os criminosos e baderneiros devem ser afastados e responder



Com robôs simuladores, militares do Esquadrão Antibombas representam atividades na área do Estádio Mané Garrincha, onde ocorrerão alguns jogos da Copa do Mundo

por seus atos conforme a lei — afirmou o senador em dezembro, em entrevista à Rádio Senado.

O Brasil não tem uma lei específica para tratar do terrorismo, que foi incluído no artigo 20 da Lei de Segurança Nacional (Lei 7.170/1983), com previsão de pena de reclusão de três a dez anos para quem “destrua, saquear, extorquir, roubar, seqüestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas”.

## Bancada do Paraná lamenta atraso de estádio

Os senadores do Paraná estão preocupados com a situação da Arena da Baixada, em Curitiba, e culpam a falta de planejamento pelo atraso dessa e de outras obras da Copa. Segundo a Fifa, o estádio em Curitiba é o que tem o cronograma mais atrasado, com 88% das obras concluídas. Estão programados quatro jogos para a arena, todos na primeira fase da Copa. O primeiro, Irã x Nigéria, está marcado para 16 de junho.

O secretário-geral da Fifa, Jérôme Valcke, não escondeu a preocupação depois que visitou o estádio, no dia 21. Ele estabeleceu 18 de fevereiro como data-limite para que a construção entre num ritmo acelerado. Do contrário, Curitiba poderá ser excluída da lista de sedes da Copa do Mundo de 2014.

Roberto Requião (PMDB-PR) tem críticas à preparação do Brasil para receber o Mundial, mas acredita que a Arena da Baixada ficará pronta a tempo. — O governo vai fazer um esforço para terminar isso, mas não é o Jérôme Valcke que vai dar ordens ao Brasil. Nem para o governador do Paraná nem para a Presidência da República. Eu tenho esperança que tudo se acerte. Entramos nesse jogo, vamos terminar e fazer de uma vez essa Copa. Porque retardar ou não fazer é pior do que termos entrado numa fria — disse Requião. Sérgio Souza (PMDB-PR) também está confiante, embora considere lamentável a situação do estádio do Atlético. — O estádio já está na fase de acabamento, a colocação

de cadeiras. Eu não tenho dúvidas de que Curitiba será cidade-sede e que lá teremos os jogos. No entanto, é lamentável nós vermos uma obra privada atrasada. É uma falta de planejamento que não acontece só no setor público; acontece no setor privado — afirmou. Alvaro Dias (PSDB-PR) acha que o atraso na construção da arena é um reflexo do desprezo do país para sediar a Copa do Mundo. — As obras estão muito atrasadas, terão que atropelar. Não sei se terão condições de entregar a tempo. O que o Brasil tem que reconhecer é que foi irresponsável ao assumir essa realização da Copa do Mundo aqui quando o país está vivendo incríveis problemas, inclusive de natureza social — criticou.



Comitiva da Fifa visita as obras em Curitiba, no dia 21, e constata atraso que pode transferir os jogos para outro local

## Convênios e educação também inspiraram projetos para o evento

As regras básicas para a Copa, que deve trazer mais de 600 mil turistas estrangeiros, estão na Lei Geral da Copa (Lei 12.663/2012), sancionada pela presidente Dilma Rousseff há um ano e meio. A lei trata de direitos autorais, vistos e permissões de trabalho, responsabilidade civil, venda de ingressos, permanência nos locais oficiais de eventos, campanhas sociais nas competições, disposições penais. Mas o Senado continua avaliando projetos de lei relacionados à competição.

Na CE, tem parecer favorável o PLS 320/2013, do senador Alfredo Nascimento (PR-AM), que trata da celebração de convênios entre União, estados, municípios e o Distrito Federal. Na CCJ, está o PLS 480/2009, do ex-senador Renato Casagrande, que visa garantir controle e fiscalização dos gastos públicos. A CE está analisando também substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) ao PLS 451/2012, de Paulo Paim (PT-RS). A intenção é alterar a Lei Geral da Copa, para, em vez de obrigar, apenas permitir que escolas públicas e particulares definam férias do meio do ano para o período da competição.

## Senadora critica ampliação de voos apenas temporária

As empresas aéreas já estão vendendo passagens para 1.973 voos extras durante a Copa. Autorizadas pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), as novas rotas vão funcionar de 11 de junho, véspera do jogo de abertura, em São Paulo, a 14 de julho, um dia depois da final, no Rio de Janeiro. Lídice da Mata (PSB-BA), integrante de subcomissão do Senado que acompanha os preparativos do Mundial, lamenta que a ampliação da malha aérea não seja permanente. Ela tem dúvidas sobre se os aeroportos brasileiros estão preparados para atender a demanda adicional. — A ampliação é boa, mas já seria necessária, por exemplo, agora, na alta estação no Brasil. Os aeroportos, com exceção de alguns poucos, se encontram com as obras todas atrasadas — observou a senadora. Lídice lembrou que no dia 20 o ministro da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, visitou o Aeroporto de Salvador e disse que o início da segunda etapa das obras no local só deve ocorrer depois da Copa do Mundo, porque poderia causar transtornos aos turistas que vão à capital baiana no Carnaval.



Senadores Randolfe (3º à esq.), Ana Rita e Humberto Costa ouvem autoridade local no presídio de Pedrinhas

## Comitiva visita presídio no Maranhão

Após visita da Comissão de Direitos Humanos (CDH) ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís, em 13 de janeiro, Ana Rita (PT-ES) e João Capiberibe (PSB-AP) sugeriram mutirão carcerário no Poder Judiciário para diminuir a superpopulação de presos. Segundo a senadora, presidente da CDH, o presídio abriga vários presos provisórios à espera da conclusão dos processos. Ela informou que a comissão cobrará a superpopulação de presos. Segundo a senadora, presidente da CDH, o presídio abriga vários presos provisórios à espera da conclusão dos processos. Ela informou que a comissão cobrará a superpopulação de presos. Segundo a senadora, presidente da CDH, o presídio abriga vários presos provisórios à espera da conclusão dos processos. Ela informou que a comissão cobrará a superpopulação de presos.

Sobre a possibilidade de intervenção federal no presídio, os senadores disseram que não deve acontecer antes da coleta de mais informações. Capiberibe sugeriu a criação de uma comissão nacional composta de entidades da sociedade civil e dos governos federal e estadual, planejando a transição de sistema. Humberto Costa defendeu parceria com a União, em vez de intervenção. A visita fez parte de uma série de atividades dos senadores, incluindo reunião com a governadora Roseana Sarney para avaliar o sistema prisional no Maranhão. Também integraram a comitiva João Alberto Souza (PMDB-MA), Lobão Filho (PMDB-MA) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

## Para consultor, proposta reduz superlotação

Medidas previstas no projeto de reforma da Lei de Execução Penal, em tramitação no Senado (PLS 513/2013), podem reduzir a incidência de rebeliões como a de Pedrinhas. A avaliação é do consultor legislativo Tiago Ivo Odon. Para ele, além de tornar mais ágeis os processos, o projeto traz medidas que podem reduzir o poder de facções nos presídios. O texto, elaborado por comissão de juristas nomeada pelo Senado, prevê quase 200 alterações na Lei de Execução Penal (Lei 7.210/1984).

Entregue no final de 2013, será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Um dos objetivos é reduzir a superlotação, apontada como principal causa das rebeliões. De acordo com o relatório dos juristas, o Brasil é o quarto país do mundo em número absoluto de presos. Entre 2005 e 2012, a população carcerária no país cresceu mais de 64%, passando de 334 mil presos para 550 mil. — Se esse ritmo de crescimento continuar, em dez anos teremos mais de 1 milhão de presos — disse o consultor. A informatização de todo o processo, desde o recolhimento até a soltura do preso, é uma das principais inovações sugeridas, na opinião de Odon. As mudanças devem reduzir a burocracia no sistema prisional. Odon alerta para o risco de que a mudança não surta tantos efeitos na prática. Hoje, por exemplo, a lei já prevê o máximo de um preso por cela, o que não é cumprido. O texto amplia o número para oito presos, o que ainda é distante da realidade de algumas penitenciárias.

## Relator quer votação do texto em março

A discussão do projeto que reforma a Lei de Execuções Penais deve começar agora, na abertura do ano legislativo. A previsão de Sérgio Sousa (PMDB-PR), relator do projeto na CCJ, é de que o texto final poderá ser votado pela comissão em março, seguindo para o Plenário no mesmo mês. — Acho que 60 dias é um prazo razoável para o Senado votar e depois será a vez de a Câmara avaliar o projeto. Na fase de discussão, Souza acredita que as audiências seguirão um roteiro temático, já que há mais de 200 dispositivos

sobre variados assuntos. Uma divisão possível dos temas, avalia o senador, seria: as condições gerais das instalações penitenciárias; o uso de parcerias público-privadas para construção e melhorias dos prédios; parcerias com empresas e indústrias para trabalho de presidiários; a ressocialização e reintegração dos egressos de presídios; e o respeito aos direitos humanos. Para ele, os dois últimos pontos têm mais potencial para grandes polêmicas. Souza é entusiasta, por exemplo, da ideia de colocar presídios dentro de

complexos industriais, para que a mão de obra seja aproveitada e capacitada a continuar na área após o fim da pena. O senador apontou como principais problemas do sistema a gestão e a falta de informatização. Ele citou, por exemplo, a dificuldade de identificação biométrica dos cidadãos quando saem de seus estados de origem e falhas no cumprimento das ordens de prisão. — O fato de 80% dos crimes não saírem da fase de inquérito gera uma grande sensação de impunidade no Brasil e leva à reincidência — lamentou.

**PROPOSTA DA COMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO DE LEIS E DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS (PLS 499/2013)**

**Definição de terrorismo:** provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa ou tentativa de ofensa à vida, à integridade física ou à saúde ou à privação de liberdade da pessoa. Pena de reclusão de 15 a 30 anos ou de 24 a 30 anos, se resultar em morte.

**Financiamento ao terrorismo:** oferecer, obter, guardar, manter em depósito, investir ou contribuir de qualquer modo para a obtenção de ativo, bem ou recurso financeiro com a finalidade de financiar, custear ou promover prática de terrorismo, ainda que os atos não venham a ser executados. Pena de reclusão de 15 a 30 anos.

**Incitação ao terrorismo:** pena de reclusão de 3 a 8 anos.

**Favorecimento pessoal no terrorismo:** dar abrigo ou guarida a pessoa de quem se saiba tenha praticado ou esteja por praticar crime de terrorismo. Pena de 3 a 8 anos de reclusão.

**Formação de grupo terrorista:** associação de três ou mais pessoas para a prática de atos terroristas. Pena de reclusão de 5 a 15 anos.

**Terrorismo contra coisa:** provocar ou infundir pânico generalizado mediante dano a bem ou a serviço essencial. Pena: reclusão de 8 a 20 anos.

---

**PLS 728/2011**

**Terrorismo:** provocar ou infundir terror ou pânico generalizado mediante ofensa à integridade física ou privação da liberdade de pessoa, por motivo ideológico, religioso, político ou de preconceito racial, étnico ou xenofóbico. Pena de reclusão de 15 a 30 anos. A pena sobe para 24 a 30 anos se o ato terrorista resultar em morte. Se o crime for praticado contra coisa, a pena é de 8 a 20 anos de reclusão.

**Ataque a delegação:** ofender a integridade corporal ou a saúde de integrante de delegação, com o fim de intimidá-lo ou de influenciar o resultado da partida de futebol. Pena de reclusão de 2 a 5 anos e multa.

**Violação de sistema de informática:** violar, bloquear ou dificultar o acesso a página da internet, sistema de informática ou banco de dados utilizado pela organização dos eventos. Pena de reclusão de 1 a 4 anos e multa.

**Falsificação de ingresso:** falsificar ingresso. Na mesma pena incorre quem oferecer ou vender o ingresso falsificado. Pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa.

**Revenda ilegal de ingresso:** revender ingressos com valor superior ao estabelecido pela organização dos eventos. Nas mesmas penas incorre o representante da organização dos eventos ou funcionário autorizado que vender ingressos em número superior ao permitido para cada comprador, sabendo que serão destinados à revenda ilegal. Pena de reclusão de 6 meses a 2 anos e multa.

**Falsificação de credencial:** falsificar credencial com o fim de entrar no estádio ou em áreas de acesso restrito assim consideradas pela organização dos eventos. Nas mesmas penas incorre quem fizer uso de credencial falsa. Pena de reclusão de 1 a 5 anos e multa.

**Dopping nocivo:** ministrar substância ou droga proibida pela organização dos eventos, com vistas a prejudicar o desempenho de atleta ou a sua recuperação física. Na mesma pena incorre quem vender a substância ou droga proibida pela organização dos eventos, sabendo da destinação prevista no caput do artigo. Pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa.

**Venda fraudulenta de serviço turístico:** vender ou oferecer serviço turístico relacionado aos eventos de que trata a lei, induzindo ou mantendo alguém em erro mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento. Considera-se serviço turístico a oferta, em conjunto ou separadamente, de passagem aérea, marítima ou terrestre, hospedagem, traslado, passeio ou ingresso para partida da Copa das Confederações 2013 e da Copa do Mundo de Futebol. Pena de reclusão de 2 a 6 anos e multa.

Das propostas elaboradas por senadores em 2013, a primeira trata do aumento do valor pago aos estados pela exploração de minério e a última estabelece regras para remoção de servidores

Lia de Paula/Agência Senado



Últimos detalhes antes de votação de projeto são discutidos no Plenário: mais de 500 novas propostas no ano passado

## Senadores apresentaram 560 projetos de lei em 2013

PLS: ESSA É a sigla para projeto de lei do Senado, ou seja, projetos que podem virar leis e que são apresentados por senadores. Foram 560 em 2013. O primeiro, o PLS 1/2013, foi do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e o último, o PLS 560/2013, foi apresentado em 23 de dezembro pela senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

A proposta da senadora do Amazonas muda as regras previstas na Lei 8.112/1990 para a remoção dos servidores públicos. De acordo com o projeto, o funcionário só pode trocar de local de trabalho se o órgão cedente estiver com ocupação funcional igual ou superior a 60% da lotação máxima.

Vanessa argumenta que é preciso evitar que aprovados em concursos que tomam posse em cidades do interior logo depois peçam transferência para os grandes centros.

### Código de Mineração

Já o primeiro projeto apresentado em 2013 altera parte do Código de Mineração para aumentar o valor pago aos estados decorrente da exploração de minérios. De acordo com Flexa, apesar de os estados terem custos com projetos de mineração, são os municípios que recebem a maior parcela da compensação pela exploração dos recursos.

Os dois projetos estão em

exame na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Em 2013, o Senado também promoveu duas sessões históricas. A primeira, em maio, devolveu simbolicamente os mandatos de senador ao líder comunista Luís Carlos Prestes e ao suplente dele, Abel Chermont, cassados em 1947, após o cancelamento do registro do Partido Comunista do Brasil.

Em dezembro, foi devolvido simbolicamente o mandato do ex-presidente João Goulart, depois de aprovada resolução do Senado que anulou a sessão de 2 de abril de 1964, que declarou vaga a presidência, dando início a 21 anos de ditadura no país.

## Souza consulta TSE sobre minirreforma

As regras da chamada minirreforma eleitoral poderão valer já nas eleições de 2014? É o que quer saber o senador Sérgio Souza (PMDB-PR), que protocolou uma consulta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Aprovada pelo Congresso em novembro e sancionada em dezembro, a minirreforma (Lei 12.891/2013) contém medidas para reduzir o custo das campanhas. Estão entre as mudanças a limitação do número de cabos eleitorais que podem ser contratados pelos candidatos e a definição de

teto de gastos com aluguel de veículos e alimentação de pessoal que trabalha na campanha.

Como a lei foi publicada a menos de um ano das eleições, Souza pergunta ao TSE se o texto poderá ser enquadrado no limite determinado pela Constituição federal.

— Que tipo de legislação altera o processo eleitoral? É a legislação que altera a propaganda eleitoral? Não foi a decisão do TSE lá em 2006, por exemplo, para o caso de outdoors. Então eu fiz a consulta ao TSE para que o

tribunal diga qual parte da minirreforma valerá para as eleições de 2014 e qual ficará só para 2016 — explicou.

O senador destaca que a composição dos tribunais eleitorais muda de dois em dois anos. Por isso, na opinião dele, um esclarecimento do TSE agora poderá dar segurança jurídica a partidos e candidatos.

— Essa mudança na composição faz com que mude também o posicionamento dessas cortes. Então é importante sabermos como é que nós vamos fazer em 2014 — observou.

## Polêmica dos “rolezinhos” exige bom senso, afirma Ana Rita

Combinado pelas redes sociais, o encontro de jovens da periferia em shoppings de grandes cidades virou polêmica nacional e foi parar na Justiça. Diante da repressão policial e da crítica de lojistas e empresários, senadores pedem bom senso para que os “rolezinhos” não gerem violência ou discriminação.

Na avaliação da presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Ana Rita (PT-ES), esse tipo de movimento é novo e exige análise cuidadosa.

— É um negócio extremamente novo. Então, acho que a gente tem que conversar sobre isso. Merece uma reflexão — observa.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) lembra que qualquer pessoa tem o direito de frequentar espaços públicos, desde que de forma pacífica.

— Os shoppings devem assegurar o direito de toda e qualquer pessoa que tenha um comportamento civilizado e não de destruição ou

de perturbação — opina.

A presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB do Distrito Federal, Indira Quaresma, alerta para o fato de a Constituição vedar o racismo e a discriminação.

— Se as pessoas estão indo ao shopping, exercendo o direito de ir e vir, num lugar aberto ao público, ainda que cantando ou manifestando sua opinião de alguma forma, desde que não agridam ninguém, elas têm todo o direito de estar lá. Vamos fazer todo o possível para que esse direito de liberdade e de manifestação seja respeitado — diz a advogada.

A Alshop, associação que representa lojistas de shoppings de todo o país, defende a suspensão dos rolezinhos, bem como o aumento do policiamento e da punição dos envolvidos nos passeios. A entidade teme mais prejuízos, já que os movimentos deixaram as fronteiras de São Paulo e se espalharam por outros estados.



Jovens se reúnem na porta de shopping em São Paulo: atitude gera polêmica

## Paim pede diálogo sobre questão dos encontros em shoppings

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu diálogo para garantir aos jovens o direito de participar dos chamados rolezinhos e, ao mesmo tempo, preservar a segurança da população em locais públicos e privados. Para o parlamentar, a polêmica é um sinal de amadurecimento da democracia.

O termo popularizou-se recentemente por designar o encontro de grupos de jovens em locais de livre circulação, como shopping centers.

A polêmica surgiu quando os shopping centers, temendo prejuízos ou insegurança, recorreram à Justiça para impedir os rolezinhos e barrar a entrada de jovens dentro dos centros comerciais.

— Com a democracia e a liberdade plena, esses temas acabam surgindo e vão ter que ser debatidos. Para mim, o que vale aí é o diálogo, e não simplesmente a proibição de que meninos e meninas pobres possam entrar no shopping, — avaliou o senador.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portela  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos,  
 João Durval, Casildo Maldaner

**Diretor-geral:** Helder Rebouças  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

# Orçamento para 2014 é sancionado sem vetos

Aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro, Lei Orçamentária Anual sancionada foi publicada no Diário Oficial da União de 21 de janeiro. Previsão de crescimento da economia para o ano é de 4%

A PRESIDENTE DILMA Rousseff sancionou sem vetos a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (Lei 12.952/2014).

A previsão de receita do Orçamento é de R\$ 2,48 trilhões ante despesas de mesmo valor. Desse total, R\$ 654,7 bilhões serão usados para o refinanciamento da dívida pública. O restante, R\$ 1,834 trilhão, irá

para o orçamento fiscal, da seguridade social e das empresas estatais. Também está autorizada a abertura de créditos suplementares, restritos aos valores constantes na lei.

O Orçamento prevê um crescimento do PIB de 4% em 2014. A inflação prevista é de 5,30%, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(IPCA). A taxa de juros (Selic) média prevista é de 9,29%.

A meta de superávit do setor público (economia para pagar juros da dívida) foi fixada em 3,17% do PIB, com economia de R\$ 167,3 bilhões. Desse total, R\$ 116,1 bilhões correspondem à parcela da União. Os outros R\$ 51,2 bilhões cabem a estados e municípios.



Congresso aprovou em dezembro a Lei Orçamentária Anual para 2014: 26% da receita vai para refinanciamento da dívida

## Despesa com remédios poderá ser deduzida

Proposta que prevê a dedução das despesas com medicamentos da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está pronta para ser votada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). De autoria do senador Cyro Miranda (PSDB-GO), o PLS 147/2011 altera o artigo 8º de legislação sobre o imposto (Lei 9.250/1995) para incluir a dedução das despesas com medicamentos, tanto do contribuinte como de seus dependentes.

Em sua justificativa, Cyro argumenta que “é de estranhar que não seja lícito deduzir, do IRPF, despesas

com medicamentos utilizados pelo contribuinte e seus dependentes em situações que não impliquem internação, especialmente nos casos que envolvam doenças comprovadamente graves ou crônicas”.

A proposta já passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde foi aprovado relatório favorável da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Enviada à Comissão de Assuntos Econômicos, para votação final, foi relatada pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), cujo parecer também é favorável ao projeto.

Segundo o relator, “do ponto de vista econômico, o fato de

a legislação vigente permitir a dedução de despesas com medicamentos aplicados somente na fase de hospitalização não se afigura razoável — ao contrário, é paradoxal e merece ser revista pela via legislativa”. Vital argumenta ainda que “a permissão para a dedução de despesas com medicamentos tem origem na restauração da saúde do contribuinte e de seus dependentes, o que independe de ele estar hospitalizado ou não”.

Caso o projeto seja aprovado pela CAE, seguirá diretamente para a Câmara, a não ser que seja apresentado recurso para votação em Plenário.

## Proposta amplia isenção para aposentados

Um dos projetos que está pronto para votação final no Senado este ano garante isenção de imposto de renda para aposentados e pensionistas pelo Regime Geral de Previdência Social a partir do mês em que completarem 60 anos. A proposta (PLS 76/2011), da senadora Ana Amélia (PPRS), já passou pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda decisão na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado, seguirá direto para a Câmara.

A atual legislação do Imposto de Renda (Lei 7.713/1988) estabelece isenção para

aposentados com pelo menos 65 anos de idade e renda de até R\$ 1.637,11 (valor em 2012). O projeto, além de reduzir a idade para 60 anos, eleva esse limite ao teto pago pela Previdência Social, hoje equivalente a R\$ 3.916,20.

Na justificativa do projeto, a senadora explica que o objetivo é “contribuir para minimizar a perda dos aposentados e pensionistas, que têm visto seus rendimentos sendo achatados ano a ano”. O relator da proposta na CAE, Cyro Miranda (PSDB-GO), recomenda a aprovação e afirma que o texto respeita os limites da Lei de

Responsabilidade Fiscal.

Ana Amélia argumenta que nos últimos 15 anos a política de recuperação do salário mínimo proporcionou uma ascensão de 30 milhões de pessoas à classe média. Por outro lado, ressaltou ela, prejudicou aposentados e pensionistas do INSS, que antes tinham benefício maior que o salário mínimo.

— Hoje nada menos que 69% dos benefícios já estão nivelados pelo piso. Mantida essa tendência, em poucos anos todos eles estarão valorados, no piso, pelo salário mínimo — afirmou a senadora.

## MP que altera regras tributárias recebe mais de 500 emendas

Editada no fim de 2013 para promover alterações na legislação contábil e tributária brasileira, a Medida Provisória (MP) 627/2013 será um desafio para o Congresso neste início de ano. Quinhentas e treze emendas foram apresentadas ao texto, que começará a trancar a pauta a partir de quinta-feira.

Além de estabelecer condições mais atraentes para que bancos, seguradoras e multinacionais façam adesão aos Programas de Recuperação Fiscal (Refis), um dos objetivos da MP é harmonizar as regras que regem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) com os novos critérios contábeis implantados pelas chamadas normas e padrões internacionais de contabilidade.

Com isso, a MP extingue o Regime Tributário de Transição (RTT) em vigor. A nova sistemática — e o consequente abandono do RTT — pode ser adotada voluntariamente pelos contribuintes desde 1º de janeiro de 2014. De 1º de

janeiro de 2015 em diante, a mudança será obrigatória.

### Multinacionais

A MP 627 muda a forma de tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasileiras vindos de suas empresas controladas e coligadas no exterior. De acordo com a proposta, as companhias terão cinco anos para recolher os impostos devidos sobre seus lucros auferidos fora do Brasil, sendo que 25% do lucro deve ser incorporado ao balanço no primeiro ano. As regras envolvem o IRPJ e a CSLL.

Também haverá mudanças na tributação sobre os lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior, uma medida que afeta diretamente pessoas físicas brasileiras que têm recursos nos chamados “paraísos fiscais”.

A comissão mista que vai analisar a MP 627/2013 tem como relator o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e como relator-revisor o senador Romero Jucá (PMDB-RR).

## Produtor já pode fazer cadastro exigido no Código Florestal

Aguardado desde a publicação do novo Código Florestal, em maio de 2012, o aplicativo para preenchimento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) está disponível na página do Ministério do Meio Ambiente na internet. O envio do documento preenchido ao órgão ambiental, no entanto, ainda depende de instrução normativa a ser assinada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira.

Obrigatório para todas as propriedades rurais, o cadastro é o primeiro passo para a regularização de áreas rurais com passivo ambiental, por isso a expectativa em torno do lançamento.

O cadastramento poderá ser feito pela internet e será nacional, mas articulado com os bancos de dados já existentes nos estados. Com a implantação, o governo poderá monitorar a situação das áreas protegidas, que devem

ser mantidas com vegetação nativa, conforme dimensões estabelecidas no código.

Caso o estabelecimento rural apresente áreas protegidas em dimensões menores que o exigido em lei, o proprietário poderá regularizar a situação fazendo a adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), quando assumirá compromisso de recuperar a área desmatada ilegalmente.

Com o cadastramento e a adesão ao PRA, ficam suspensas as autuações por desmatamentos ilegais feitos antes de julho de 2008. Uma vez cumpridos os compromissos, as multas serão convertidas em serviços de preservação ambiental. A possibilidade de regularização pelo PRA não vale para áreas desmatadas ilegalmente depois de julho de 2008, sujeitas às penalidades previstas no Decreto 6.514/2008, que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais.



O novo cadastro é obrigatório para todos os 5,2 milhões de imóveis rurais

Senadores argumentam que a Lei Geral da Copa não pode se sobrepor à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que prevê o livre planejamento do calendário pelas escolas

# Férias escolares na Copa podem ser revogadas

ESCOLAS PÚBLICAS E privadas das 12 cidades que sediarão os jogos da Copa do Mundo neste ano poderão manter atividades pedagógicas enquanto a bola estiver rolando nos gramados. É o que determina projeto que deverá ser analisado pela Comissão de Educação (CE) a partir desta semana.

A Lei Geral da Copa (Lei 12.663, de 2012) estabelece que os sistemas de ensino ajustem os calendários de forma que as férias escolares das redes pública e privada compreendam todo o período da Copa, de 12 de junho a 13 de julho. O texto que será examinado pelos senadores é um substitutivo de Lídice da Mata (PSB-BA) a projeto de lei do Senado (PLS 451/2012) apresentado por Paulo Paim (PT-RS). Ambos os senadores entendem que a Lei Geral da Copa não pode se sobrepor à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional



Suspensão de aulas por um mês durante a Copa pode gerar prejuízo pedagógico, argumentam autores de proposta contrária

— LDB (Lei 9.394/1996). A LDB define que o calendário escolar seja adequado às peculiaridades locais e que devem ser cumpridos, no mínimo, 200 dias letivos.

No Distrito Federal, o Sindicato dos Estabelecimentos

Particulares de Ensino (Sinepedf) conseguiu liminar na Justiça que proíbe o governo do Distrito Federal de punir as escolas privadas pelo não cumprimento dessas férias. Como foi decisão liminar, ainda cabe recurso.

No relatório, Lídice questiona a constitucionalidade de se decretarem férias escolares por conta de um evento esportivo, “por mais que ele mereça nossa atenção e entusiasmo”. A senadora propõe “que os estados, os municípios, o Distrito

Federal e as escolas privadas decidam o que convém a seu planejamento escolar, com a liberdade que a Constituição federal lhes confere”.

Para Paim, o recesso poderia prejudicar o processo pedagógico desenvolvido pelas escolas. Na justificativa do projeto, ele argumenta que “o número de partidas a serem realizadas em cada sede é expressivamente pequeno diante da suspensão das aulas por todo o período da competição. No Rio Grande do Sul, por exemplo, haverá apenas cinco partidas, todas na capital”. O senador gaúcho acrescenta ainda que “não é razoável que os alunos de todo o estado fiquem sem aulas durante um mês, principalmente os daqueles municípios mais distantes, onde os efeitos dos eventos esportivos serão ínfimos, provavelmente não afetando a mobilidade urbana e o comércio do município”.

## Cristovam quer reajuste maior para professor

Foi indeferida em 10 de janeiro a medida liminar pedida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) em ação popular ajuizada para tentar garantir maior aumento no piso salarial nacional dos professores em 2014. Portaria interministerial estabeleceu reajuste de 8,32%, o que resultaria num piso de R\$ 1.697,37. No entanto, segundo o senador, o reajuste deve ser de 19% (R\$ 1.864,73), para que seja respeitada a legislação.

A Portaria Interministerial 16/2013, assinada pelos ministros da Educação e da Fazenda, apresentou uma nova estimativa de custo por aluno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais

da Educação (Fundeb) para 2013, que serve de referência para a correção do piso salarial do magistério em 2014. Cristovam e entidades sindicais, porém, discordam do critério utilizado pelo governo.

Na ação popular ajuizada por Cristovam, distribuída para a 6ª Vara Federal do Distrito Federal, ele cita pesquisa do DataSenado na qual a maioria dos entrevistados apontou a baixa remuneração dos professores como o maior problema da educação pública. Ele argumenta que a portaria interministerial é ilegal por desrespeitar os cálculos estabelecidos para o reajuste pela legislação em vigor.

Para o senador, o reajuste estabelecido pelo governo para 2014 não respeita a resolução

do Ministério da Educação que, em 2012, definiu critério para reajuste do piso nacional, criado pela Lei 11.738/2008, oriunda de projeto de lei de autoria do próprio Cristovam.

Em entrevista, Cristovam lembrou que apenas a medida liminar foi indeferida e que a ação popular ainda será julgada pela Justiça Federal. Entretanto, ele disse não acreditar numa decisão em curto ou médio prazo.

De acordo com o senador, a ação está muito bem embasada técnica e juridicamente. Ao decidir indeferir a liminar, o juiz federal Társis de Santana Lima argumentou que seria preciso fazer uma análise estatística, não presente nos autos, para poder decidir sobre o pedido apresentado.

## Escolas podem ser obrigadas a oferecer reforço ao fim do 1º ciclo

O aperfeiçoamento do sistema de ciclos do ensino fundamental — modelo alternativo às séries anuais que provoca muita polêmica desde a criação, em 1996 — é um dos temas que estão prontos para votação final dos senadores. Segundo o Projeto de Lei do Senado (PLS) 414/2011, apresentado por Paulo Bauer (PSDB-SC), uma avaliação de português e matemática será obrigatória no final do 3º ano das escolas que adotaram a progressão continuada, com reforço pedagógico intensivo durante o 4º ano para os alunos com desempenho insatisfatório.

O texto recebeu parecer favorável de Cristovam Buarque (PDT-DF) na Comissão de Educação (CE), onde foi aprovado, e de Roberto Requião

(PMDB-PR), na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na CCJ, o projeto será votado em decisão terminativa. Caso seja transformado em lei neste ano, passa a valer a partir de 2015.

Com o objetivo principal de combater o estigma da repetência, os ciclos e o regime de progressão continuada podem ser implementados desde que entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Mas a reação da sociedade, principalmente dos pais, nem sempre foi positiva. Muitas vezes o sistema foi batizado de “aprovação automática” e acusado de acobertar a queda de qualidade no ensino. Boa parte dos professores também se colocou contra, julgando-se tolhidos no direito de avaliar os alunos.

## Lei proíbe itens coletivos em lista de material

Este é o primeiro ano em que as escolas estão proibidas, por lei federal, de cobrar dos pais a compra de qualquer material de uso coletivo. O projeto que deu origem à norma, PLC 126/2011, do deputado federal Chico Lopes (PCdoB-CE), foi aprovado no Senado em outubro. De acordo com a Lei 12.886/2013, o custo com materiais como papel sulfite, giz, produtos de higiene e copos descartáveis deve ser incluído nas taxas já existentes, não podendo ser cobrado pagamento adicional ou o fornecimento pelos pais.

A senadora Ana Rita (PT-ES),

relatora do projeto na Comissão de Meio Ambiente (CMA), defendeu a proposta lembrando que o consumidor é vítima de muitos abusos. “É evidente que a cobrança de materiais escolares inserida no valor da mensalidade escolar caracteriza abuso ao consumidor, identificado no direito econômico como abuso de dependência econômica”, observou.

Os órgãos de defesa do consumidor têm alertado os pais para a regra. Além disso, o Procon de São Paulo faz outras recomendações, como reaproveitar sobras do ano anterior

e pesquisar antes de comprar. Um levantamento do Procon, feito em 2013, constatou diferença de até 450% no preço de um mesmo produto.

As escolas não podem cobrar dos pais que comprem o material no próprio estabelecimento nem impor uma marca ou um local para a compra. O Procon de São Paulo adverte também que, ao determinar o uniforme a ser usado pelos alunos, as escolas devem levar em conta a situação econômica da família e o clima da cidade. As trocas de modelo de uniforme devem respeitar intervalo mínimo de cinco anos.

## Fluência oral deverá ser objetivo nas aulas de língua estrangeira

O ensino de língua estrangeira nas escolas brasileiras deverá ter por objetivo a fluência oral, caso o Senado aprove projeto do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) destinado a mudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A iniciativa (PLS 71/2012) tem parecer favorável do senador José Agripino (DEM-RN) e está pronta para ser votada na Comissão de Educação (CE).

Na justificação do projeto, Cícero Lucena afirma que

não se compreende a cidadania no Brasil do século 21 e o trabalho no mundo atual sem o domínio de uma língua estrangeira.

No seu relatório, José Agripino avalia que a proposta é um esforço do legislador para mudar a inércia que eventualmente domina o ensino de língua estrangeira nas escolas brasileiras. Ele também considera grave que, no Brasil, a gramática ganhe mais relevo que a oralidade no ensino de outras línguas.